

Da Mão para a Boca

A semiparalisação dos negócios diante da incerteza gerada pela crise política vem causando efeitos micro e macroeconômicos devastadores: anulou grande parte da estabilidade econômica obtida penosamente pelo ministro Marcílio Marques Moreira, e que havia ampliado o horizonte empresarial do *overnight* (o que se podia prever na hiperinflação do final do governo Sarney) para o planejamento mensal ou trimestral, e já projeta sérias dificuldades de faturamento para as empresas.

A retração dos negócios tirou a confiança do governo no desempenho da arrecadação até o final do ano, porque a sonegação vem crescendo acen- tuadamente como autodefesa das empresas. A combinação perversa de retração e sonegação compromete as metas fiscais, essenciais para o sucesso do plano de estabilização econômica e para dar segurança aos bancos credores na renego- ciacão da dívida externa de US\$ 45 bilhões.

O ajuste fiscal é a peça mais importante da política econômica. Dele depende o convencimento da sociedade de que as contas públicas estão equacionadas e que, por consequência, poderá ser limitado o avanço do Estado sobre a poupança privada. Também depende da continuidade do ajuste fiscal o sinal verde do FMI ao plano de estabilização assinado no início do ano pelo ministro Marcilio Marques Moreira e que condiciona todos os estágios da renegociação da dívida.

Há muitos anos o país não conhece tão prolongada incerteza. O fato é grave porque a maioria das empresas concentra seu faturamento no último quadrimestre, quando crescem as encomendas do comércio para a indústria, visando à formação de estoques para as vendas do fim de ano, e também é ativada a produção destinada a dar suporte ao plantio da safra no Centro-Sul do país.

Um dos méritos do governo Collor foi a

ampliação do horizonte empresarial do cenário do *overnight* (o único possível na hiperinflação do final do governo passado). Esse ganho está sendo perdido pelos empresários, investidores, consumidores e trabalhadores, que não conseguem mais programar o orçamento devido ao súbito avanço da inflação.

A desaceleração dos negócios, justamente quando a economia começava a vencer a recessão impulsionada pelo aumento da produção agrícola e das exportações, começa a comprometer as finanças estaduais. A maioria dos estados concedeu reajustes ao funcionalismo contando com o tradicional aumento da receita nos quatro últimos meses do ano, mas a queda da arrecadação pode arruinar o saneamento financeiro: seria um retrocesso em relação aos ganhos obtidos graças ao reforço tributário dos estados e municípios estabelecido pela Constituição em 88.

O governador Luiz Antônio Fleury Filho tem um motivo a mais para participar do movimento dos empresários e trabalhadores paulistas a favor do *impeachment*: a perda de arrecadação, devido às tímidas encomendas do comércio à indústria. O governador de Santa Catarina, Vilson Kleinübing, era dos poucos que vinham conseguindo respeitar o preceito constitucional de não comprometer mais de 65% da receita com despesas de pessoal. Em função da forte participação no PIB estadual das indústrias de eletrodomésticos, têxteis e de confecções, as mais afetadas pela retração, os salários irão consumir este mês 75% das receitas.

Pior, no entanto, é o quadro das empresas que estão trabalhando da mão para a boca na previsão de estoques e encomendas. Na atual conjuntura, qualquer erro de previsão pode ser fatal, especialmente porque os altos juros bancários podem transformar um eventual socorro de capital de giro numa operação de impossível previsibilidade.